





### Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto  
Burkert Del Pino  
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise  
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise  
Marcos Bussolleti  
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira  
Hypolito  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Luciano  
Volcan Agostini  
Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff  
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz  
Osório Rocha dos Santos  
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira  
Wotter  
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger  
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers  
Acunha  
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus  
Mandagará Martins

#### CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo  
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.  
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana  
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.  
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba  
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.  
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia  
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

#### INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

#### NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Veronica Medeiros dos Santos

**HISTÓRIA EM REVISTA** – Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)  
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)  
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFP)  
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)  
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos  
Aires).  
Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

#### Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

#### Impresso no Brasil

Edição: 2015/2016

ISSN – 1516-2095

#### Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.  
v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas:  
Editora da UFPel, 2015/2016.  
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat  
Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: [ndh.ufpel@gmail.com](mailto:ndh.ufpel@gmail.com)

\* Obra editada e publicada em dezembro de 2017

volume

21

dezembro 2016  
ISSN 1516-3633

volume

22

dezembro 2016  
ISSN 1516-3633

ICH - UFPEL

OPINIÃO PÚBLICA JK PORTO MST GRANDE HOTEL  
 REVOLTA DOS MARINHEIROS BUENOS AIRES  
 AMÉRICA LATINA JORNAL DO BRASIL  
 RIO GRANDE SÃO LOURENÇO MUCKERS DO SUL  
**TRABALHO** PIRATINI  
 FMI  
 PARTEIRAS DIÁRIO POPULAR MULHERES ANTIGONA  
 CATIVOS IMPRENSA  
 SÓFOCLES DIREITO  
 PELOTAS SANTA MARIA HISTÓRIA ORAL



# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



# PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DOS *CONVENTILLOS* DE BUENOS AIRES A PARTIR DAS TEORIAS DA MARGINALIDADE<sup>1</sup>

CAPITALIST DEVELOPMENT PERSPECTIVES: THE CASE OF BUENOS AIRES  
*CONVENTILLOS* FROM THE THEORIES OF MARGINALITY

Henrique De Aro Silva<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar a construção de identidades a partir da condição *marginal* nos *conventillos*, espécie de cortiço ou habitação popular existente em Buenos Aires no início do século XX, sob a ótica das Teorias da Marginalidade latino-americanas e sua relação estabelecida com os conceitos de *Exército Industrial de Reserva* e *Superpopulação Relativa*, provenientes de Karl Marx. Deste modo, pretende-se investigar as peculiaridades do *Ser* marginal no que tange os elementos que acabam por transformá-lo, a partir de sua cultura de mescla e de seu cotidiano babélico, num dos agentes mais ativos da vida política portenha do período. Para isso trabalharemos com as diferentes definições a respeito da marginalidade a partir dos autores latino-americanos Aníbal Quijano, José Nun, e Lucio Kowarick. A intenção é que consideremos a hipótese de que o elemento do *conventillo* pode apontar a existência de uma Cultura Política Marginal que baseia sua força na construção da identidade a partir da própria exclusão.

**Palavras-Chave:** Marginalidade, *Conventillos*, Buenos Aires, Cultura Política Marginal.

---

## INTRODUÇÃO: AS TEORIAS DA MARGINALIDADE

Muito se escreveu e se argumentou até hoje a respeito do tema da Marginalidade, ao ponto de que se pode encontrar esse termo aos montes em periódicos diários ou em revistas de temas em geral. No decorrer do século XX o termo em questão foi utilizado, de formas distintas, na análise de diversas realidades e grupos sociais. Com isso, aos poucos as palavras marginal, marginais, marginalidade, marginalismo foram caindo nos vocabulários cotidianos e nas denominações utilizadas pela imprensa escrita ou pelos meios de comunicação. O fato é que o conceito de marginalidade, assim como tantos outros, vem passando por um processo de vulgarização semântica. Por isso já há muitos anos foi adquirindo uma abrangência tão ampla ao ponto de correr o

---

<sup>1</sup>Artigo entregue como requisito de conclusão do curso Fundamentos Críticos para o Estudo Histórico do Capitalismo ministrado pelo Prof. Dr. Mathias Seibel Luce.

<sup>2</sup>Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Franca, e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). E-mail: henrique.aros@gmail.com

risco de já não significar quase nada.

Quando tentamos levantar as primeiras informações a respeito da origem e evolução da palavra nos deparamos algumas questões que podem revelar um pouco mais sobre seu significado. As primeiras questões levantadas aqui que irão nortear o começo de nossa investigação são as seguintes: quais significados permeiam esse termo? Quais seriam tipos de aplicação do conceito? Que elementos históricos ele pode carregar? E em que medida se forma uma situação ou contexto de marginalidade? Seria a marginalidade um elemento inerente ao sistema capitalista? Na realidade por detrás dessa aparente expressão já tão usual existe um grande debate acadêmico que se debruçou sobre as principais formas de utilização deste conceito, tentando demonstrar suas diversas possibilidades de aceção. Adentramos aqui naquilo que é apontado por diversos autores como a Teoria da Marginalidade.

Aparentemente, segundo o que consta na bibliografia especializada no tema, as primeiras utilizações da expressão Marginal, usadas na sua forma contemporânea, remontam às décadas de 1920 e 1930 quando em um dos capítulos, da obra *O Homem Marginal*, do estadunidense Everett V. Stonequist<sup>3</sup>, o sociólogo Robert E. Park, que assinou um dos capítulos, utilizou o conceito homem marginal ao analisar o processo de integração dos imigrantes italianos na sociedade norte-americana. Já nos anos 60 e 70 esse debate ganhou força na América Latina, e autores como o peruano Aníbal Quijano, o argentino José Nun e o brasileiro Lucio Kowarick desenvolveram variados trabalhos sobre o assunto, o que serviu para aprofundar a questão e também para outra análise da problemática, dessa vez sob a perspectiva das sociedades latino-americanas. Segundo Lucio Kowarick, existem duas principais vertentes interpretativas a esse respeito. A primeira vertente, mais próxima ao trabalho de Stonequist, atrelada à Teoria da Modernização, é denominada como modelo funcionalista, na qual se permeia primordialmente a questão da interação social, tratando a marginalidade como uma mera falha no processo de sociabilidade devido a uma descontinuidade psicológica do status e do papel do indivíduo. O que resulta na oposição entre sujeitos “marginais” e sujeitos “integrados”. A segunda vertente, atrelada à Teoria da Dependência<sup>4</sup>, denominada histórico-estrutural, é oriunda

<sup>3</sup>STONEQUIST, Everett V. *O Homem Marginal*. São Paulo, Editora Martins, 1948.

<sup>4</sup>Correntes teóricas vigentes entre as décadas de 50 e 70 que discutiram a respeito do tema do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na América Latina. Enquanto a *Teoria da Modernização* destacava a necessidade de industrialização para o rápido desenvolvimento do subcontinente, e tinha na CEPAL sua maior expressão, a *Teoria da Dependência* destacava os riscos do modelo capitalista para o desenvolvimento da região, opondo-se aos posicionamentos cepalinos e tendo como alguns de seus principais expoentes

do pensamento marxista e enfatizam as contradições inerentes ao sistema capitalista e ao processo histórico (KOWARICK, 1981, p. 17). Como adepto desta segunda vertente, Kowarick elabora sua formulação do Marginal a partir da teoria da Karl Marx, presente em seus Grundrisse e também na Lei geral da acumulação capitalista, do capítulo XXIII de O Capital. A qual revela a partir do conceito de Superpopulação Relativa e de Exército Industrial de Reserva a lógica inserida dentro do capitalismo a respeito da essencialidade a existência de mão-de-obra barata para a manutenção da dinâmica volátil de trabalho do Capital (MARX, 1985, Livro III, p.733-734).

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. (Apud DE SOUZA, Davisson. 2005)

Segundo Marx, esses dois conceitos apontados se configurariam como elementos fundamentais para a dinâmica de funcionamento e reprodução do Capital. Isso porque uma população excedente de trabalhadores é absolutamente necessária para o processo de acumulação capitalista devido à meta constante de crescimento do sistema e da mais-valia em detrimento da regulação dos salários dos trabalhadores. Com uma população sobrando sempre disponível o mercado pode sempre contar com mais força de trabalho para ampliar a produção assim que necessário, e, principalmente, pode utilizar-se do fato da existência de uma grande mão-de-obra ociosa permitir baratear o custo do trabalho em geral. Assim, tanto a Superpopulação relativa como o Exército industrial de reserva funcionam como instrumentos de barganha para o Capital, que ao constatar essa situação segue na constante manutenção da existência desses conglomerados. Marx afirma ainda que quanto mais desenvolvido o modo de produção capitalista num país, mais ficará evidente a existência de uma superpopulação relativa.

A partir dessa definição foram construídas outras análises, desta vez em relação às especificidades do caso latino-americano. O conceito de superpopulação relativa e de Exército industrial de reserva passar a dar origem a diferentes linhas ao longo do século XX. Às quais denominamos aqui como Teorias da Marginalidade. No plural, devido à amplitude de discussão como suas diferentes vozes. Daí inicia-se o debate acerca das utilizações e novas

---

exilados políticos como André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

apropriações do conceito. O próprio Lucio Kowarick define como pertencentes à marginalidade todos aqueles excluídos do processo do trabalho, como também aqueles em situação de trabalho irregular ou instável.

Será necessário analisar certas categorias que não conseguem vender no mercado sua força de trabalho, estabelecendo-se por conta própria no setor terciário da economia. Por outro lado, deve-se ter em conta também o fenômeno que é consequência da dinâmica de retração-expansão do sistema econômico, bem como sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Neste plano, trata-se do trabalhador intermitente que, por razões conjunturais e estruturais não consegue vender de forma regular a sua força de trabalho. Além destas duas categorias, há também os trabalhadores que se inserem em setores produtivos estagnados ou decadentes onde impera um baixo índice de capitalização, cujo exemplo típico é a produção artesanal e a indústria a domicílio. (KOWARICK, 1981, p. 20)

Além de Kowarick, José Nun e Aníbal Quijano também realizaram importantes trabalhos a respeito do tema da Marginalidade. José Nun ao analisar o tema da superpopulação indica sua relação com a Marginalidade e sua inegável inerência com situação de pauperismo, enquanto Quijano indica que o fenômeno do crescimento urbano na América Latina do pós-guerra que vai evidenciar e aprofundar a existência das marginalidades no subcontinente. Devido à situação de submissão às potências centrais do capitalismo, os países latino-americanos seriam incapazes de alcançar uma posição de autonomia dentro de sistema global. De forma que sua situação de “eterno estágio de desenvolvimento” contribuiria diretamente para que suas camadas populacionais menos abastadas sempre se posicionassem em situação de risco, ou próximas a isso. A partir dessa constatação podemos nos questionar se seria a marginalidade um aspecto inerente aos países em desenvolvimento e afastados do centro do mercado mundial? Ou seria, então, uma característica inerente ao próprio sistema capitalista, apenas acentuada em localidades como a América Latina?

Podemos notar a distinção de implicância de teorias em torno da marginalidade nos países da região se analisamos, primeiramente, a forma com que os países europeus e também os Estados Unidos, centros do capitalismo global, atravessaram os últimos séculos no que diz em relação ao seu desenvolvimento e suas estruturas econômicas e sociais. Se por um lado Marx alertava para o papel do Exército industrial de Reserva<sup>5</sup> e para a situação das

---

<sup>5</sup>Conceito Marxista presente no capítulo XXIII de *O Capital*, o qual Aníbal Quijano atribui não só o papel de mecanismo que mantém um controle dos setores da mão-de-obra disponível e mão-de-obra de reserva visando alavancar a expansão do capitalismo, como também um artifício para rebaixar o nível dos salários a fim de reter uma porção maior de *mais valia* (QUIJANO, 2014, p.157).

camadas em situação irregular de trabalho, não podemos simplesmente tratar o processo de desenvolvimento dos países da América Latina como igual ao dos países europeus e transferir esse modelo de análise inalterado para tentar entender como se deu esse processo em países como Brasil, México, Argentina ou Chile. A complexidade dos processos de desenvolvimento e industrialização desses países, assim como tantos outros localizados fora da centralidade capitalista, implica numa análise particular no que vise compreender a formação de conglomerados de reserva. Visando a complexidade desses casos em específico, desenvolve-se o conceito de marginalidade, como também outros como “massa marginal”, “bairros marginais”, “mão-de-obra marginal”, “pólo marginal” ou mesmo um “setor marginal” em contraposição ao seu correspondente “setor integrado”. Sendo o primeiro setor pertencente àquelas populações que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, enquanto o seguinte faz relação com aqueles que se inserem e gozam desse feito de forma ainda mais marcadamente desigual, devido às maiores disparidades sociais que seus países possuem em relação aos do capitalismo central (QUIJANO, 2014, p.140-142).

Para além de motivações e dinâmicas de desenvolvimento no sistema capitalista nos países latino-americanos, um ponto relevante nesta análise também trata das consequências e implicações da marginalidade no que diz respeito à sua causa direta na vida dos indivíduos. Analisando a definição/implicação pragmática e irreduzível a partir da questão de exclusão, a marginalidade pode também originar-se a partir de um desejo não correspondido de pertencimento a um grupo social específico. Entretanto, ao trabalhar o tema a partir do desejo de pertencimento negado percebemos que podem existir vários tipos de marginalidade distintos interagindo simultaneamente ou conjuntamente numa mesma sociedade, pois como lembra Kowarick, o processo de marginalização tende a ser cumulativo (KOWARICK, 1981, p. 31). Ao mesmo tempo em que uma população que habita um cortiço sem nenhum tipo de infra-estrutura e higiene é marginalizada em relação aos bairros de classe média com melhores condições urbanas, um grupo de adeptos do candomblé pode ser marginalizado em relação à uma a maioria católica no bairro onde vivem. Dessa forma, a marginalidade pode ser entendida de diversas formas dependendo da abordagem teórica e dinâmica específica da situação em questão.

A intenção aqui é mostrar que a amplitude do conceito mostra as suas diferentes possibilidades de análise. Como fenômeno da sociedade urbana e capitalista, está atrelado às condições sociais de produção e trabalho, o que não impede de ser vista através de sentimentos de negação e pertencimento em



relação a certos grupos. Ao trabalhar com o elemento dos *conventillos* em Buenos Aires, é possível perceber que forças de exclusão e pertencimento interagem para formar algo maior do que apenas uma situação de marginalidade. Nestes espaços é possível verificar o processo de transformação e nascimento de um tipo de Cultura Política. Assim como o fato de sentir-se excluído demonstra a frustração em não conseguir fazer parte de um todo social, a partir dessa própria percepção da exclusão pode se formar um sentimento de pertencimento marginal que serviu para a construção da identidade de um grupo. Essa consciência pode ser utilizada para captar o fator exclusão para transformá-lo em fator de fortalecimento da classe, ou grupo social.

Partimos da hipótese que no período entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX confluíram em Buenos Aires diversos fatores que resultaram na existência de uma Cultura Política Marginal inserida nos *conventillos* e nas populações que conviviam nesse meio. A situação de exclusão social (e marginalidade) da grande parcela de imigrantes de diversas nacionalidades recém-chegados somou-se à falta de representatividade do modelo oligárquico do sistema político argentino e às ideias de contestação social do anarquismo e socialismo, que vigoravam dentro da classe operária portenha. É importante frisar que não se coloca aqui uma fórmula ou modelo estrutural necessário para o nascimento de algum tipo de elemento histórico. O intuito é analisar, a partir de elementos históricos e modelos teóricos uma perspectiva a respeito de modos de comportamentos sociais que tiveram profundo impacto naquela sociedade. Contribuindo também para novas formas de participação política do país tendo em vista o grande engajamento popular desses movimentos marginais.

## **O CASO DOS CONVENTILLOS SOB A ÓTICA HISTÓRICO-ESTRUTURAL DAS TEORIAS DA MARGINALIDADE**

Por meio dessa análise inicial a respeito da marginalidade torna-se evidente que, apesar de ser um termo extremamente usual e difundido, trata-se de um conceito muito encorpado, porém ainda em construção. O próximo passo é tentar compreender a questão e a perspectiva marginal no que diz respeito ao fenômeno dos *conventillos*, na Buenos Aires do fim do século XIX

---

<sup>6</sup> Localidade habitacional organizada de forma precária e insalubre, semelhante quanto à sua precariedade, frequente superlotação e insalubridade, ao que no Brasil é denominado “cortiço”, porém que carregava diversos elementos distintos. Como exemplo dessas diferenças podemos citar a existência de imigrantes de diversas nacionalidade que davam à localidade um tom babélico.

e início do XX. Analisando a hipótese não só da presença do elemento da marginalidade naquela sociedade, como também considerar a configuração de uma forma cultura política influenciada por esses indivíduos e seus comportamentos.

Antes de mais nada será necessário evidenciar uma questão temporal que pode influenciar a utilização do conceito exposto aqui, segundo sua versão mais contemporânea a partir dos autores latino-americanos citados até o momento. Primordialmente tanto Kowarick como também Nun e Quijano apontam a marginalidade como um fenômeno presente na América Latina no período pós-segunda guerra mundial. Sendo assim, tratam a temática como relevante desse momento em diante, e quase nada abordam sobre a possibilidade de sua existência no período entre guerras ou, claro, no final do século XIX ou primeiras décadas do século XX. A este respeito é necessário fazer alguns apontamentos. Em relação à industrialização, entendida como fator decisivo para o processo de modernização que acaba possibilitar a marginalidade, o caso argentino apresenta características particulares que indicam que seu processo de modernização começou algumas décadas antes dos demais países do subcontinente, e também no que diz que respeito à industrialização podemos apontar alguns fatores importantes. Certamente a Argentina só construiu a maior parte de suas indústrias já na década de 1940, com a chegada de Juan Domingo Perón ao poder, quando o Estado tomou as rédeas da economia do país e investiu na criação de indústrias de base e de bens de consumo em geral. No entanto, desde a segunda metade do século XIX a Argentina já passava por um processo de construção do terreno para a chegada de indústrias ao país. Na virada do século a malha ferroviária já possuía um tamanho bastante considerável para os padrões da América Latina. Também já havia uma estrutura do que podemos chamar de Indústria alimentícia, que, aproveitando-se da enorme produção de carne realizada no pampa argentino, baseava sua produção principalmente no setor frigorífico, um dos principais do país naquele momento. Além disso, algumas indústrias de outros setores foram surgindo esporadicamente, como é o caso do setor petrolífero e da fundação da companhia petrolífera estatal YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) em 1922. Dessa forma, podemos afirmar que se por um lado a Argentina não vivia o auge de sua industrialização, não possuindo um grande pólo de indústria pesada, mas por outro já mantinha alguns aspectos de país industrializado.

Outro ponto importante nessa análise faz relação com aparecimento do conceito de Marginalidade, e os contextos em que devemos, ou não utilizá-lo. Como abordado no início deste trabalho, o conceito foi utilizado primeiramente por estadunidenses na década de 1920 para caracterizar grupos sociais

provenientes do processo migracional pelo qual atravessavam os Estados Unidos. Décadas depois nos anos 60 e 70 estudiosos latino-americanos irão reelaborar o termo a partir de uma leitura do contexto da América Latina do período, e principalmente utilizando a ótica da dependência. Para essa releitura torna-se fundamental a utilização de conceitos elaborados por Karl Marx, principalmente o que diz respeito ao Exército industrial de Reserva. A esse respeito existe um debate teórico entre Kowarick, Quijano e Nun que trata de entender se este conceito marxista pode ainda ser localizado junto às massas marginais ou se devido ao processo de modernização e do advento da tecnologia o conceito do exército de reserva já não deveria mais ser utilizado.

A argumentação de Nun se apóia em duas preliminares. Em primeiro lugar, a distinção que faz entre exército industrial de reserva e massa marginal baseia-se numa leitura de *O Capital*, principalmente do capítulo XXIII, cuja interpretação é revista a partir de outro texto de Marx, o *Grundrisse*. A outra premissa teórica que o autor incorpora refere-se à distinção entre “gênese estrutural” e “efeitos”. Trata-se de separar analiticamente as estruturas que originam uma população excedente dos resultados que este excesso acarreta numa formação social concreta. A origem continua sendo o modo de produção que gera uma parcela populacional “supérflua” ao capital. Contudo, nem toda a população excedente – e aí reside o ponto básico – têm na sua fase atual do capitalismo latino-americano as “funções” de exército industrial de reserva. (KOWARICK, 1981. Pag. 109-110)

Para ambas as perspectivas torna-se evidente a importância do conceito proveniente de Marx. O fato é que este é interpretado de formas variadas por cada um dos autores, o que revela sua profundidade e não nega ou refuta seu papel nem a necessidade de seu conhecimento para uma teoria a respeito da marginalidade como fenômeno da sociedade moderna e capitalista em diversos momentos.

Em resumo, utilizamos neste trabalho histórico dois conceitos principais, que são o de Exército industrial de Reserva, elaborado por Karl Marx na metade do século XIX, e que serviria de base para nosso segundo conceito, o de Marginalidade elaborado pelos autores latino-americanos cerca um século depois. De modo que, pode-se sim se questionar o fato da aplicação de um conceito para o estudo de fenômenos ou acontecimentos históricos que o tenham antecedido, no entanto é importante lembrar de alguns elementos que no caso portenho se fazem relevantes à aplicação desse conceito. Fica claro nos teóricos latino-americanos da marginalidade que trata-se de um fenômeno encontrado em sociedades urbano-industriais inseridas, ou na transição, na dinâmica do sistema capitalista. Ou seja, elementos que, devido a uma precoce modernização do país, já podiam ser encontrados na Argentina ou em Buenos Aires na virada do século.

Assim como escrevemos imaginando a relevância de nossos trabalhos para o futuro de nossas sociedades, também o fazemos a partir daquilo que conhecemos e daquilo que ajudou a construir aquilo que conhecemos. De modo que se estes autores apontam o cenário latino-americano dos anos 70 como profundamente marcado pela marginalidade, é evidente que tal fenômeno não se formou instantaneamente, pois veio se formando a partir de anos, décadas, e quem sabe, em casos como o argentino, desde o século passado. O Fato é que os conceitos nascem para serem colocados à prova pela história na medida em que a todo o momento têm sua aplicação testada. Esse é o caso da marginalidade, pois daqui cinqüenta ou sessenta anos poderemos nos perguntar novamente se este termo e/ou conceito ainda estará com sua vigência em dia. Bastará pô-lo à prova novamente.

## **A MARGINALIDADE COMO FORMA DE IDENTIDADE**

Buenos Aires na época em que a estudamos aqui, na qual o recorte temporal se coloca, aproximadamente, entre os anos de 1871 e 1909, era o epicentro de diversas movimentações culturais, sociais e políticas. À medida que a Argentina modernizava-se, em termos econômicos e culturais, o fenômeno da urbanização transformava Buenos Aires numa metrópole, ao mesmo tempo em que tentava se habituar ao posto de referência no subcontinente a cidade tinha também que lidar com as problemáticas de um crescimento tão acelerado. Este fato fazia da cidade um ambiente privilegiado da ótica da discussão das ideologias que vigoravam naquele momento e também fez com que hoje seja um cenário riquíssimo para os historiadores interessados nesse tipo de discussão. No entanto este ambiente que por um lado se mostrava tão promissor podia também caracterizar-se pelo abismo social que construía ao mesmo tempo duas cidades diferentes.

Antes de adentrarmos a esse cenário podemos partir da afirmação do historiador Norberto Ferreras, quando este afirma que verdade é que havia duas cidades em Buenos Aires. De um lado as camadas abastadas que usufruíam de todo o embelezamento e modernização, enquanto do outro lado estavam as camadas pobres, para as quais as benesses dessa sociedade não se mostravam tão próximas (FERRERAS, 2006. Pag. 35-36). Tomamos como ponto inicial a epidemia de febre amarela ocorrida no ano de 1871, que acabou por desencadear todo um processo de realocação urbana como também alimentou o imaginário negativo em relação às moradias populares e aos conventillos que se multiplicavam rapidamente. O periódico *La Prensa* chegou a afirmar nesse mesmo ano que cerca de 50% dos habitantes dos conventillos havia sido

contaminada pela doença, e com isso a região sul de Buenos Aires, que até então era reduto da oligarquia passou a representar uma ameaça à hierarquia urbana vigente. Como afirma Vázquez-Rial, após esse desconforto as camadas mais abastadas migraram para a região norte da cidade, onde ajudaram a construir bairros como Palermo e Recoleta, até hoje sinônimos de classes médias.

Hasta la epidemia de fiebre amarilla el sur fue el asiento de la oligarquía [...] La oligarquía abandonó su reducto definitivamente cuando la medicina de la época de la epidemia decidió, con todas las luces de que disponía, que aquella era una zona insalubre, inconveniente, seguramente letal. En 1871 tuvo lugar la emigración masiva hacia el norte, que pese a pertenecer desde hace mucho a la clase media, sigue teniendo hoy fama de aristocrático.

Tras el éxodo de la oligarquía, entraron en el sur los trabajadores de los mataderos, de los saladeros, de los frigoríficos, las prostitutas y los perseguidos, el lumpem y, a partir de 1880, masivamente, los inmigrantes.(VÁZQUEZ RIAL, 1996,p.255-256)

Após esse êxodo, bairros como La Boca, San Telmo e Montserrat, devido à sua proximidade com as instalações fabris e pela multiplicação de vivendas populares para se alugar, tornaram-se zonas habitadas prioritariamente pelo operariado pobre. A partir da década de 1880 a chegada massiva de imigrantes europeus acentua o crescimento habitacional e também inicia o elemento da mescla cultural apontado por Beatriz Sarlo (SARLO,2010, p.32). Marcada principalmente pela vinda de italianos, espanhóis e, em menor medida, por franceses, a imigração argentina trouxe, em sua grande maioria, famílias oriundas do trabalho no campo, que pouco haviam tido contato com a dinâmica urbano-industrial. Fato que levou até mesmo à discussões a respeito do melhor grupo étnico a ser trazido ao país (DEVOTO, 2000,p.34). A verdade era que a heterogeneidade étnica no país era imensa, a ponto de existirem grupos tidos como “exóticos” provenientes do leste europeu, como russos e poloneses, e no mesmo período também haver a existência de uma localidade de afro-argentinos no bairro de Montserrat, que sobrevivia ainda na década de 1890 (FERRERAS, 2006. Pag. 43). No entanto, além de representar a mão-de-obra tão desejada para o desenvolvimento do país, a imigração trouxe também os ideais de contestação social do Socialismo e do Anarquismo, fortalecidos na Europa devido à conjuntura de mobilização operária do período. Estas ideologias se disseminaram profundamente no operariado portenho, e, juntamente com a ascensão do Radicalismo a partir da última década do século XIX, a Argentina passou a ser um cenário marcado por diversos movimentos de contestação política que passaram cada vez mais a desafiar o Regime Oligárquico.

O crescimento populacional vertiginoso foi outro fator que ampliou o grau de precarização da população mais pobre na medida em que estrutura

urbana, projetada para a dinâmica tranquila de uma elite agropecuária que visava os padrões haussmanianos, era insuficiente para acomodar todos em boas condições. Os números oficiais também apontam a gravidade da questão da superlotação nas moradias, que tornava-se cada vez mais cotidiana aos recém emigrados ou ainda não integrados. Segundo o Censo Municipal de 1904 viviam em média 11,5 pessoas por casa na cidade, e que, dos 950.891 mil habitantes, cerca de 14,5% habitavam *conventillos* (SURIANO, 1983, p.9). Numa proporção ainda maior do que em escala nacional, no período entre 1869 e 1914 a população de Buenos Aires saltou de 180 mil para 1,5 milhões de habitantes. Processo que acabou por aprofundar o déficit habitacional da cidade (ROMERO, 2006. P.23-24). Desse modo, à medida que tais acontecimentos vão se desenrolando, a sociedade argentina e principalmente Buenos Aires, passa a caracterizar-se através de ambientes excludentes, na qual suas estruturas econômicas e urbanas se projetam a partir das contradições do seu próprio desenvolvimento, impedindo a absorção de grande parte da sua nova população.

Los cambios en la economía urbana engendran un mercado de trabajo en cuya estructura sus más altos niveles tienen carácter excluyente de mano de obra, sus niveles intermedios no tienen la estabilidad ni la capacidad de expansión necesarias para acoger de modo estable la mano de obra que afluye hacia ellos o de retener la que ya tiene, y donde por consecuencia es inevitable que se expanda y se diferencie un 'mercado marginal' de trabajo para las ocupaciones y roles que conforman el 'polo marginal' de la economía. (QUIJANO, 2014, p.152-153)

Nesse contexto de desigualdades e exclusões, o *conventillo* se insere, muitas vezes, como elemento catalisador de uma incipiente inquietação social, e acaba por proporcionar condições de resistência aos que ali viviam. Ajudando-os a inverter o estigma social ao qual estavam presos e construir outra identidade a partir de seu descontentamento social e político. Daí então, consideramos o desenvolvimento de um processo de *transculturação*<sup>7</sup>, no qual a confluência de várias nacionalidades, idiomas, ideologias políticas, somado ao ambiente precário dos *conventillos* e principalmente a situação de marginalidade dos indivíduos que ali viviam confluíram na formação de um tipo específico de cultura política. A qual se denominou aqui como Cultura Política Marginal.

---

<sup>7</sup>Toma-se aqui o conceito de *transculturação* de Ángel Rama (1985).

## UMA CULTURA POLÍTICA MARGINAL

Ao sugerirmos um tipo de cultura política obviamente temos que pensar a respeito daquilo que vêm a constituir o advento do mesmo. Tomamos aqui o conceito a partir de autores como John G.A. Pocock e Serge Berstein, no qual a cultura política seria permeada dos diversos comportamentos e dinâmicas dos grupos sociais inseridos nesse meio. Nessa perspectiva também se considera a relevância de compreender como se reproduzem e manifestam tais padrões através da constatação de diversos fatores que envolviam tais sujeitos sociais assim como também os espaços em que estavam inseridos. Para tal objetivo tentaremos reunir algumas evidências que corroborem com a tese da existência de uma Cultura Política Marginal. Também é relevante recordar o conceito de *Poder Simbólico* de Pierre Bourdieu, principalmente no que diz respeito ao fato de ser este um poder de construção e intervenção da realidade. Servindo como instrumento de comunicação ou de construção do próprio conhecimento (BOURDIEU. 1989. P.9).

Levando em consideração as peculiaridades da sociedade urbana, que como afirma Juan Suriano (2009, p.157), apresentava tendências favoráveis ao desenvolvimento de ideias contestatórias, o operariado portenho, em grande parte já alinhado com os socialistas e principalmente com os anarquistas passa a criar mecanismos associativos e simbólicos visando o empoderamento dos indivíduos. O anarquismo em geral manteve forte influência na classe trabalhadora argentina nas primeiras décadas do século XX. De modo que era recorrente a valorização da identidade operária em oposição às camadas mais abastadas. Sendo uma das maneiras encontradas para valorização do proletariado, a ressignificação dos símbolos nacionais e valores comuns daquela sociedade. Para isso a difusão de jornais operários, como os periódicos *La Protesta* e *La Vanguardia*, foi de suma importância para a disseminação de uma mentalidade de contestação, facilitada pela proximidade permitida pelo ambiente fabril dos trabalhadores (SURIANO, 2009, p. 164 e 165). Um elemento complicador certamente tem a ver com a questão dos aluguéis das habitações populares, e principalmente dos *conventillos*. Em meados da década de 1890, o custo de vida de uma família de trabalhadores em Buenos Aires era extremamente alto devido, em grande parte, pelo preço dos aluguéis. Diferentes autores apontam que nesse período o valor dos aluguéis comprometia de 30% a 50% do orçamento das famílias (FERRERAS, 2006. Pag. 48-49). Isso sem contar que as famílias comportavam em média entre cinco e sete pessoas, o que fazia com que os gastos com alimentação, vestimenta, saúde e locomoção também fossem muito elevados.

Essa análise nos leva a crer que a condição de vida desses sujeitos se

desenhava de um modo que a situação cotidiana os colocava constantemente sob algum risco, seja pelo desemprego, pelo aumento dos aluguéis, pela situação sanitária chegando a um nível crítico. Esta situação contribuiu para o desenvolvimento de um comportamento político que almejava demonstrar a força que advinha dessa condição de resistência e marginalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguramente uma das questões pertinentes feitas ao longo desse trabalho faz referência à possibilidade da constatação de uma inerência da Marginalidade como fenômeno característico do capitalismo. Afinal, a obra dos principais pensadores latino-americanos das Teorias da Marginalidade aponta para os fatores impostos pelo desenvolvimento e subdesenvolvimento que acaba por construir um meio em que grande parte dos indivíduos não tenha sido integrada (total ou parcialmente) por aquele *modus operandi* em vigor principalmente na América Latina do século XX. Claro que podemos nos perguntar acerca da existência deste fenômeno Marginal em sociedades que não trilham o caminho do desenvolvimento capitalista como em nossa região. Primeiramente é necessário apontar a complexidade dessa questão tendo em vista também sua proximidade com o tema global da desigualdade. Em segundo lugar devemos levantar a questão da problemática dos conceitos na análise histórica, tendo em vista que marginalidade está diretamente associada com desemprego, exclusão, preconceito e desigualdade mesmo sem ser exatamente nenhum desses elementos. O fato é que o conceito de indivíduos e grupos marginais surge para tentar responder à questão das camadas que enfrentam claras dificuldades para inserção na sociedade à sua volta, também como a relação disso com outros dois conceitos, o de *Exército Industrial de Reserva* e *Superpopulação Relativa*, de Karl Marx. Sendo assim, à primeira vista podemos encontrar fragmentos da marginalidade em vários tipos de sociedade, que não necessitam ser industrializadas nem ao menos economicamente capitalistas. O conceito aqui estudado não ajuda a explicar todas as formas de desemprego e exclusão social, e evidentemente não é essa sua finalidade. Utilizar as mesmas denominações para classificar meios tão distintos seria evidentemente um equívoco teórico. A insuficiência conceitual, em determinados momentos, necessita ser evidenciada, haja vista que se sua utilização for sempre ampliada o resultado acaba sendo novamente a vulgarização dos conceitos, que passa a não significar nada daquilo que motivou a formulação inicial.

Outra premissa construída pelas teorias funcionalistas e também pelo senso comum midiático diz respeito à marginalidade como fruto de uma falta



de participação política e social por parte de algumas camadas sociais. Para responder a questão devemos voltar á análise do caso dos *Conventillos* em Buenos Aires. Ao logo do recorte temporal vemos que aqueles grupos e indivíduos foram atacados diversas vezes pelos Periódicos e pela oligarquia local. Porém nunca puderam ser acusados de não participarem politicamente daquela sociedade. Isso porque o grau de participação política daqueles indivíduos foi muito alto. Mantinham uma auto-organização exemplar no que diz respeito á suas agremiações operárias, sindicatos, e principalmente em relação às manifestações organizadas de modo recorrente, nas quais reivindicavam melhores condições de vida. Sendo assim a falta de participação não foi a causa para a situação de marginalidade daqueles indivíduos, mas sim a resposta encontrada pelos mesmos para reivindicar melhores condições. Dessa forma, se faz importante que voltemos agora a Lucio Kowarick, para lembrarmos de quando este nos alerta que a questão da *superpopulação relativa* não deve ser analisada como uma falha no sistema e que ao verificar-se o motivo desse erro então o problema deixará de existir. Temos que ter a percepção de que a superpopulação relativa, a massa marginal e a marginalidade são, na verdade, inerentes ao sistema e à lógica vigente (KOWARICK, 1981. Pag.55).

Por fim lembramos aqui a importância das teorias da Marginalidade para ainda hoje analisar as sociedades latino-americanas. Porém também é importante ressaltar que em casos como dos *conventillos* é preciso incluir fatores de ordem política, cultural, étnica e ideológica, que nem sempre são abordados de forma profunda pelos autores analisados aqui. Sendo assim, mesmo com algumas limitações e problemáticas, podemos considerar as Teorias da Marginalidade como um instrumento de grande importância para a análise das sociedades latino-americanas ao longo do século XX e até mesmo nos dias de hoje em que o desemprego, a exclusão e a desigualdade seguem configurando um retrato de nosso continente.

**REFERÊNCIAS**

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

BORON, Atilio A. **América Latina em la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Editora Luxemburgo, 2012.

DE SOUZA, Davisson C. C. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. **Cadernos Cemarx**, nº5, 2005. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ce marx/article/viewFile/1304/882](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ce marx/article/viewFile/1304/882)> Acessado em 17/09/2015

DEVOTO, Fernando J. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.) **Fazer a América**. 2º edição. São Paulo: EDUSP, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990. (Volumes 1 e 2)

FALCÓN, Ricardo – PRIETO, Agustina. **Los Socialistas y el régimen oligárquico en Argentina (1890-1912)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986.

FILHO, Carolina Figueiredo; OLIVEIRA, Nathalia C. **Contribuição das Teses marxistas da marginalidade para a análise das classestrabalhadoras e dos movimentossociais**. VII Colóquio Internacional Marx e Engels – GT 5 – Relações de Classe no capitalismo contemporâneo. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6341\\_Filho\\_Carolina.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6341_Filho_Carolina.pdf)> Acessado em 17/09/2015.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O cotidiano dos trabalhadores em Buenos Aires (1880-1920)**. Niterói: Editora de Universidade Federal Fluminense, 2006.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LENZ, Maria Heloisa. A Buenos Aires do final do Século XX: A metrópole da Belle Époque argentina. **Fênix**. Revista de História e Estudos Culturais. Vol.9, nº1, janeiro-abril de 2012, 19p.

\_\_\_\_\_. **Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARX, Karl. **O Capital – Livro III**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

NUN, José. **Superoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal**, Revista Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires: Vol. 5, num. 2, Julho de 1969, pp. 180-225.

PIGLIA, Ricardo. Prólogo. **Sarmiento, Escritor** In: SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. Cosac Naify, 2010.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.

ROMERO, José Luis. **Las Ideas Políticas en Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

SANZ VILLARROYA, Isabel. **La “Belle Époque” de La economía argentina. 1875-1913**. Acciones y Investigaciones Sociales, 23 (enero 2007), pp. 115-138.

SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2008.

SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina. História de uma Idéia**. São Paulo: Edusp, 2008.

STONEQUIST, Everett V. **O Homem Marginal**. São Paulo: Editora Martins, 1948.

SURIANO, Juan. **La huelga de inquilinos de 1907**. Buenos Aires: CEAL, 1983.

\_\_\_\_\_. **Cultura Política anarquista em Buenos Aires no começo do século XX**. IN: AZEVEDO, Cecília. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Polo Marginal y 'mano de obra Marginal'**. In: *Cuestiones y Horizontes: de La Dependencia historia estructural a La Colonialidad/Descolonialidad Del poder*. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2014.

VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. **Buenos Aires 1880-1913**. *La Capital de um Imperio Imaginario*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

WASSERMAN, Claudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

---

**Abstract:** This article aims to analyze the construction of identities from the marginal condition in Buenos Aires conventillos in the early twentieth century from the perspective of Latin American Theories of Marginality and its established relationship with the concepts of Industrial Reserve Army and Relative overpopulation, from Karl Marx. Thus, we intend to investigate the peculiarities of marginal Being regarding the elements that end up turning it from, their culture blend and its Babel daily, one of the most active agents of Buenos Aires political life of the period. For this we work with the different definitions about the marginalization from Latin American authors Anibal Quijano, José Nun, and Lucio Kowarick. The intention is to consider the hypothesis that the conventillo element points to the existence of a marginal political culture that bases its force in the building of their own exclusion

**Keywords:** Marginality, Conventillos, Buenos Aires, Marginal Political Culture.

---